

Centro Universitário de Brasília - UniCeub
Curso de Relações Internacionais

GLÁUCIA VARGAS

**A importância do Plano Real para a Abertura da Competitividade da Economia
Brasileira**

BRASÍLIA – DF
2004

GLÁUCIA VARGAS

**A importância do Plano Real para a Abertura da Competitividade da Economia
Brasileira**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

Brasília – DF
2004

GLÁUCIA VARGAS

**A importância do Plano Real para a Abertura da Competitividade da Economia
Brasileira**

Banca Examinadora:

Prof. Rodrigo Azeredo dos Santos
(Orientador)

Prof. Marcelo
(Membro)

Prof. Cláudio
(Membro)

Brasília – DF
2004

Dedico este trabalho a minha mãe pelo eterno apoio, ao meu namorado por me mostrar à importância do estudo para alcançar os meus objetivos, e todos que me ajudaram.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por mais uma conquista. Aos meus pais e meu irmão pelo incentivo, ao meu namorado que me ajudou durante todos os momentos. As minhas amigas Alezinha, Ge, Kellynha, Vivi e Márcia. A toda a meus parentes, ao meu chefe e colegas de trabalho que tiveram bastante importância durante todos esses anos. Agradeço ainda a todos os professores que foram responsáveis pela minha formação acadêmica, em especial ao meu orientador Rodrigo Azeredo, não só pela ajuda na orientação da monografia, mas pelo o que me ensinou durante as aulas.

SUMÁRIO

Resumo	VII
Abstract	VII
Introdução	9
Capítulo 1 – A política Cambial Brasileira nas décadas de 80 e 90	11
1.2 – Abertura econômica pós 90.....	15
1.3 – O contexto econômico e político em 1993.....	20
Capítulo 2 – Criação do Plano Real	24
2.1 – Períodos de grande inflação.....	24
2.2 – Cenário Interno.....	26
2.3 – Criação da Unidade Real de valor – URV.....	27
2.4 – Implementação do Plano Real.....	29
2.5 – Política Cambial.....	37
2.6 – Cenário Internacional.....	39
2.6.1 – Crise Mexicana.....	40
2.6.2 – Crise Asiática.....	41
2.6.3 – Crise Russa.....	41
Capítulo 3 – Abertura da competitividade brasileira após o Plano Real	43
3.1 – Investimento Direto Estrangeiro.....	44
3.2 – Produção Industrial.....	47
3.3 – Programa de privatizações.....	48
3.4 – Desempenho econômico	50
3.5 – Impulso ao crescimento.....	51
Conclusão	54
Referências bibliográficas	56

Resumo

A abertura da economia brasileira teve início na década de 90. Mas foi somente a partir da implantação do Plano Real que se deu continuidade ao processo de crescimento econômico, pois foi o primeiro plano a conseguir acabar com o processo de hiperinflação existente na época.

A liberalização comercial e as privatizações foram responsáveis por esse crescimento. A liberalização do comércio brasileiro fez o Brasil integrar-se à economia mundial. A privatização obrigou as empresas brasileiras a adotarem novas tecnologias, pois estavam “acomodadas” por dominarem o mercado nacional. Com a chegada dos novos investidores, os empresários nacionais adotaram novas tecnologias para poderem competir com as empresas estrangeiras. O grande beneficiário foi a população, que teve produtos de melhor qualidade a preços menores.

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) foi um grande contribuidor do sucesso do Plano Real, devido à credibilidade conquistada pela nova moeda. Os investidores funcionaram com encorajador das empresas brasileiras que passaram a investir mais em pesquisa e desenvolvimento, além de transferência da tecnologia por parte das empresas estrangeiras, podendo trazer modernidade à produção.

Abstract

The opening of the Brazilian economy has begun in the decade of 90. But it only went starting from the establishment of Plano Real that gave continuity to the process of economic growth, because it was the first plan that was able to end with the process of hyperinflation.

The commercial liberalization and the privatizations were responsible for that growth. The liberalization of the Brazilian trade made Brazil to be integrated to the world economy. The privatization forced the Brazilian companies to adopt new technologies, because they were "accommodated " for they dominate the national market. With the new investors arrival the national managers adopted new technologies so they could compete with foreign companies. The great beneficiary was the population that had products of better quality for smaller prices.

The Foreign Direct Investment (FDI), was a great contribution for the success of "Plano Real", due to the credibility conquered by the new coin. The foreign investors forced the Brazilian companies to invest more in research and development. Besides, transfer of technology on the part of the foreign companies brought modernity to the production in many sectors..

Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre a implementação do Plano Real, o único plano de estabilização que foi capaz de por fim a mais de uma década de grandes taxas de inflação.

Este trabalho faz uma análise da economia brasileira nas décadas de 80 e 90, que estava estagnada devido à inflação, e que, por consequência não atraía os investidores estrangeiros. Além do mais, o Brasil não tinha uma moeda forte que concedesse credibilidade a sua economia. Era necessário criar um plano que conseguisse, de uma vez por todas, por fim a inflação e, ao mesmo tempo, permitir abertura da economia brasileira a fim de melhor inseri-la no comércio mundial.

O objetivo do primeiro capítulo é identificar a principal razão da implementação do Plano Real, enfatizando a política cambial dos anos 80 e 90, assim como

o processo de expansão da economia.

O primeiro capítulo ressalta, ainda a grande importância do Plano Real para abertura da competitividade da economia brasileira. Será abordado o processo de crescimento da economia brasileira iniciado no final dos anos 80 e início da década de 90.

O segundo capítulo é dedicado à criação do Plano Real, assim como à importância da Unidade Real de Valor (URV), que buscou um novo sistema de indexação, permitindo um processo de conversão voluntário para o Real, a fim de impedir grandes mudanças para as empresas e a população. Este Capítulo explana também a vantagem do Plano Real em relação aos Planos anteriores, uma vez que todos fracassaram, por acharem que o caminho para cessar a inflação seria congelar os preços e os salários o cenário interno do Brasil passava por momentos de alta inflação. O Real então buscou desindexar a economia, de modo a eliminar a inflação inercial. Os outros Instrumentos de combate à inflação foram a política cambial e de

comércio exterior, que visavam aumentar a concorrência no mercado interno. Será ainda discutido a crise do México, crise da Ásia e a crise da Rússia, enfrentada pelo Real logo após a sua criação e que, conseqüentemente forçou o Brasil a aumentar a taxa de juros para manter o capital internacional e defender a moeda.

Finalmente, o terceiro capítulo, destina-se a uma análise mais aprimorada da abertura da economia brasileira, por meio das privatizações, já iniciadas no governo Collor, que posteriormente ganhou maior relevância com a implementação do Real, pois atraiu um considerável volume de entrada de capitais externos, além de passar a responsabilidade do desenvolvimento para as empresas privadas. O Real também atraiu a confiança dos Investidores Direto Estrangeiros (IDE), devido à maior credibilidade da nova moeda. Os investidores tiveram uma grande participação na abertura da economia, funcionando como injeção de competitividade e trazendo maior modernidade à produção. Ressaltamos a importância desses investidores, uma vez que as empresas nacionais estavam de certa forma “acomodadas” por não haver grandes concorrentes, forçando as empresas nacionais a buscar tecnologias para aumentar a competitividade.

A abertura comercial, auxiliou na formação de um estoque elevado de reservas internacionais e na eliminação das grandes taxas de inflação, sendo, portanto, um dos grandes marcos do Plano Real. Conjugando um processo de redução de alíquotas de importações com apreciação cambial, a estratégia de estabilização monetária baseou-se também no setor externo da economia. As importações passaram a desempenhar grande papel devido ao aumento da oferta, e da limitação dos aumentos de preços, em razão da maior concorrência com os produtos estrangeiros.

Capítulo 1

1 - A Política Cambial Brasileira nas Décadas de 80 e 90

O regime cambial brasileiro, em toda a sua história, sempre foi controlado pelas autoridades monetárias, que têm exercido esse controle em função das necessidades de divisas¹. O Brasil tem experimentado sistemas variados de controle de suas contas externas, decorrentes de sua estrutura deficitária das transações correntes, advindas da balança de serviços, uma vez, que tradicionalmente, o Brasil tem apresentado superávits comerciais, com exceção dos períodos de crise do petróleo nos anos 70, e dos primeiros anos do Plano Real.

Normalmente, o governo brasileiro intervém no comércio exterior, objetivando promover o ajuste de suas contas externas. Essa intervenção acontece por intermédio da implementação de políticas cambiais, complementadas por políticas monetárias e fiscais, e por meio de três tipos de controle, exercidos pelos órgãos que administram o mercado externo brasileiro.

Os controles mais comuns são o administrativo, implementado via exigências documentais e sanitárias para determinados produtos; o cambial através da política de ajuste das taxas de câmbio; e, o aduaneiro, com adoção de regimes aduaneiros especiais.

O controle de câmbio pelo lado das exportações é exercido por meio da obrigatoriedade de venda, pelo exportador, da moeda estrangeira proveniente da exportação de bens e serviços, ao banco autorizado operar em câmbio.

Outra prática de controle cambial utilizada nas décadas de 80e 90 foi a adoção de medidas de controle quantitativo de importações de mercadorias consideradas não essenciais, de imposição de licenças prévias de importação que constituía em exame de documentação expedida por órgão competente,

¹ Letras, cheques, ordens de pagamento etc. que sejam conversíveis em moedas estrangeiras de que uma nações dispõe, em poder de suas entidades publicas ou privadas. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 181

e da exigência de certificados de origem sanitária para determinadas mercadorias. O Banco Central utilizou-se, na década de 80, de limitações ao envio de divisas a título de remessa de lucros, por parte das multinacionais aqui instaladas, da remessa de juros, de royalties², de despesas de turismo, etc.

A atuação do Banco Central ainda engloba a definição das taxas de câmbio, e adoção de controle das mais variados tipos. A sua função é fiscalizar o mercado de entrada e saída de divisas, e o nível das reservas internacionais. Para a determinação da taxa cambial, são consideradas relevantes as variáveis macroeconômicas de inflação doméstica, de inflação dos principais parceiros e da estrutura do balanço de pagamentos.

A economia brasileira, nos últimos 20 anos, passou por diversas experiências de determinação da taxa cambial, que objetivaram o ajuste das contas externas. Na maioria das vezes predominou a intervenção do Banco Central, quer nos momentos de flutuação da taxa, ou mesmo quando, em certas ocasiões, adotou-se o regime de câmbio fixo.³

Durante a década de 80, as pressões sobre as contas externas e a aceleração inflacionária levaram o governo brasileiro a direcionar e implementar políticas monetária fiscal e cambial para a correção dos desequilíbrios do Balanço de Pagamentos, afetados principalmente pelos novos aumentos nos preços do petróleo.

O cenário durante o ano de 1981 era o de inflação elevada e de crise do Balanço de Pagamentos, que restringia a capacidade de crescimento da economia brasileira, principalmente devido ao elevado preço do petróleo e, ainda, da elevação das taxas de juros no mercado financeiro internacional . Foram praticadas políticas monetárias, fiscais e cambiais de caráter restritivo, com o objetivo de desacelerar a inflação.

² valor pago ao detentor de uma marca, patente, processo de produção ou obra original pelos direitos de sua exploração comercial. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág., 540

³ Marinho, M.M. Henrique. Política cambial Brasileira. São Paulo: Aduaneiras Informação sem fronteiras. 2003.Pág 42

O Brasil adotou políticas de desvalorização real da moeda, de política monetária no sentido de contenção da demanda interna, de concessão de incentivos fiscais e creditícios à exportação de produtos manufaturados, e de contenção direta dos gastos globais de importação do setor público, entre outras medidas, tornando possível a obtenção de superávits comerciais.

Tornou-se adverso o acesso do Brasil ao mercado financeiro internacional após setembro de 1982, contribuindo para a deterioração de ajustamento da economia brasileira. O país teve que recorrer à utilização das reservas internacionais, que se reduziram de US\$ 7,5 bilhões, em dezembro de 1981, para US\$ 4 bilhões ao final de 1982.

A política econômica foi conduzida no sentido de ajustamento da economia brasileira ao cenário internacional. Em novembro de 1982, o país recorreu ao FMI, face à crise interna e externa.

O objetivo do governo foi praticar uma política monetária e fiscal com o objetivo de conter a demanda interna. Na área cambial, foram praticadas desvalorizações reais da taxa de câmbio, a fim de promover as exportações.

Em 1985, a inflação continuou preocupando o governo, que, apesar de contê-la com políticas convencionais, resistia devido ao fator inercial predominante no processo inflacionário. A indexação⁴ generalizada impedia que os instrumentos de política econômica conseguissem debelá-la. Foi a partir de 1986 que o governo passou a tentar outras políticas para combater o fator inercial da inflação.

A inflação desenvolvida no início dos anos 80 agregou um importante componente, que foi o processo de indexação da economia, levando a inflação resistir a mecanismos tradicionais de política econômica. Em 1986, tentou-se implementar um plano de estabilização, que, dado o seu fracasso, levou o governo a adotar novos planos de estabilização.

⁴ Mecanismo de política econômica pelo qual as obrigações monetárias têm seus valores em dinheiro corrigidos com base em índices oficiais do governo. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Pág. 295

O processo inflacionário continha forte componente inercial que determinou a orientação da política econômica, caracterizada pela prática de instrumentos não convencionais de combate ao crescimento dos preços. O governo adotou medidas antiflacionárias centradas na desindexação de economia, e programa de estabilização econômica, conhecido como Plano Cruzado⁵.

Os resultados no controle inflacionário foram imediatos, e a taxa média mensal de inflação que era de 14% no período que antecedeu ao plano, foi reduzida para menos de 2% no período de março a julho de 1996.

Com o fim do congelamento de preços e salários, no final de 1986, a economia passou a conviver com a ameaça de simultânea de hiperinflação e recessão. No segundo trimestre de 1987, a inflação registrou média de 20% ao mês, o que levou o país a decretar outro plano de controle macroeconômico, conhecido como Plano Bresser, que tinha como objetivo novas medidas estabilizadoras de curto prazo, como congelamento de preços, seguido por gradual e controlada flexibilização, minidesvalorização cambial e reforma institucional das finanças públicas.

O Brasil precisou de um financiamento com o FMI de US\$ 61 bilhões do principal da dívida com vencimento entre 1987 e 1993, para pagamento em 20 anos, com oito anos de carência. Em troca o FMI impôs condições de políticas restritivas da demanda interna, para reduzir a absorção, que reduzissem a dependência externa e debelassem a inflação. Em 1998, o processo inflacionário agravou-se, juntamente com o nível de atividade interna, a qual já havia, no ano anterior, apresentando considerável desaceleração.

⁵ Conjunto de medidas de contenção da inflação caracterizadas por um choque heterodoxo e implementadas durante o governo Sarney por meio do decreto-lei nº 2283, de 27/12/1986. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 468.

1.1 - A Abertura econômica pós-90

A década de 90 é considerada como a “década das reformas” no Brasil. Embora algumas ações tenham começado no final da década de 80, como foi o caso da liberalização do comércio exterior e das primeiras privatizações⁶, as etapas mais significativas começaram a ser cumpridas mesmo a partir de 1990.

O Plano Collor II⁷ surgiu em 1990, consistia em uma tentativa de contenção inflacionária, implementando medidas de desindexação da economia, como congelamento temporário de preços e salários, ampliação dos prazos das aplicações financeiras e forte ajuste fiscal.

Em 1991, o país continuou avançando em seu programa de mudanças na política comercial, através da eliminação de várias restrições de caráter não tarifário e da implementação de cronograma de redução de alíquotas, com o objetivo de chegar em 1995, totalmente ajustado aos parceiros comerciais do Mercosul⁸.

A década de noventa foi uma fase de transição, tendo em vista que o país estava enfrentando um intenso processo de reestruturação com o intuito de retomar o desenvolvimento econômico no contexto da globalização e especialização crescente que caracterizaram o novo padrão de expansão da economia mundial

O Brasil iniciou a década de 90 adotando medidas liberalizantes, que permitiram um maior fluxo de capitais estrangeiros para o país e eliminaram controle e saídas de capital, anteriormente existentes.

Em março de 1990 o governo adotou o câmbio flutuante, ficando a cargo das instituições financeiras determinar diariamente o preço do dólar no mercado. O

⁶ Aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma empresa privada. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 495

⁷ Plano elaborado pela equipe econômica, com o objetivo de estancar o processo inflacionário, que chegava ao perigoso patamar de 20% ao mês. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 467.

⁸ Mercado Comum do Cone Sul. Teve como origem os acordos bilaterais de comércio estabelecidos entre o Brasil e a Argentina a partir de 1990. foi criado oficialmente em 29/11/1991 com a assinatura do tratado de Assunção (Paraguai), congregando o Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 384

Banco Central deixou de definir a taxa de câmbio, mas anunciou que sendo necessário interviria comprando ou vendendo a moeda estrangeira para evitar a volatilidade⁹ das taxas e para acumular reservas internacionais.

No período 1990 e 1991, o câmbio variou em torno da inflação do período com alguma recuperação além da inflação no final de 90, para estimular as exportações.

Em 1990 algumas reformas que haviam se iniciado no final dos anos 80 foram aprofundadas, como é o caso das privatizações e abertura econômica. Foram vários planos econômicos que tentaram combater à inflação, foi com o Plano Real, somente que o país começa a conviver com uma estratégia de combate à inflação que finalmente conseguisse estabilizar os preços durante o restante da década, facilitando assim a implementação das reformas estruturais e a liberalização do comércio internacional.

A política liberalizante adotada no Brasil, pós 90, impôs inúmeras modificações na condução da política cambial brasileira, em termos de regime cambial e também no processo de controle das operações de entrada e saída de divisas do país. No início da década, o Banco Central fortaleceu as operações cambiais através do mercado flutuante, tornando menos burocrático a movimentação financeira com exterior e eliminando barreiras alfandegárias que impediam a livre importação de bens e equipamentos que tivessem similar nacional.

A liberalização foi crescente e, a partir do Plano Real, o governo implanta uma fase de mudança parcial no regime cambial. Esse passa a ser um regime de minidesvalorizações¹⁰ permanente para produzir saldos positivos na balança de

⁹ – Medida da intensidade e frequência das flutuações dos preços de um ativo financeiro ou dos índices numa Bolsa de Valores. É o desvio padrão das mudanças do logaritmo dos preços de um ativo (financeiro), expressos numa taxa anual. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 635

¹⁰ Mecanismo de reajuste cambial implantado no Brasil, em 1968, visando a compensar gradualmente as variações de câmbio provocados sobretudo entre a variação interna do país e a inflação externa. Elas variam entre 1 e 2,5% em relação ao dólar. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág. 391

transações correntes, para um regime de câmbio administrado como âncora cambial¹¹ do novo plano de estabilização.

O Real foi sobrevalorizado, possibilitando a estabilidade dos preços importados, forçando a indústria nacional a se modernizar e manter seus preços em níveis competitivos com os importados, que invadiram o mercado. Essa âncora durou até janeiro de 1999, quando o banco Central introduziu a mudança do regime cambial, adotando a livre flutuação do Real.

Os países que adotaram políticas de controle cambial, como o Brasil durante a década de 90, e que utilizaram a âncora cambial, posteriormente à teoria da paridade¹² mostrou a necessidade de manutenção de política de juros extremamente elevados. Devido às incertezas quanto à possibilidade do governo alterar a política cambial, o que gerava grandes riscos.

Durante a introdução da Unidade Real de Valor (URV), paritária ao dólar, a taxa de câmbio estabelecida valorizou o Real, desde sua implantação até a mudança de regime cambial em 1999.

Em 1995 o Bacen teve que alterar a sistemática, introduzindo o sistema de bandas cambiais, pois o Governo havia determinado que o câmbio flutuaria de acordo com as forças de mercado fazendo a taxa cambial valorizar-se.

No final dos anos 80 as restrições cambiais começaram a diminuir e o país aos poucos se encaminhou para uma política comercial mais aberta e neutra.

¹¹ - Instrumento de política econômica utilizado para estabilizar o valor de uma moeda fixando-se seu valor na taxa cambial. É empregado nos casos de inflação acelerada ou de hiperinflação. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág 27

¹² é feita em relação às moedas normalmente utilizadas em trocas internacionais. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág 446

A abertura econômica, implantada a partir de 1990, inicia-se efetivamente no final de 1989 com a redução de diversas alíquotas de importação e eliminação das restrições quantitativas da importação de similares nacionais.

No período de 1988 a 1993 o governo reduziu drasticamente a proteção aos produtores nacionais. Duas reformas, em 1988 e 1989, promoveram a queda da tarifa média sobre as importações, que baixou de 51% para 35%. A maioria das barreiras não tarifárias foi eliminada em 1990, culminando com o fim da reserva de informática em outubro de 1992. Um cronograma preanunciado de reduções tarifárias aos poucos levou o valor nominal da tarifa média sobre importações de 32,2% em 1990 para 14,9%. A liberalização do comércio foi importante para os bens de consumo: as tarifas incidentes sobre bens de consumo duráveis diminuíram 66 pontos percentuais, e a eliminação da lista de artigos de importação proibida proporcionou ao consumidor acesso legal a produtos estrangeiros, que estavam banidos há décadas.

Desde meados da década de 80, e em especial, após 1990, a política comercial adotou uma linha mais neutra no que diz respeito às exportações. No período de 1983 a 1985 diversos subsídios foram cortados. Após a posse do governo Fernando Collor, em março de 1990, eliminaram-se os subsídios e reduziram-se os incentivos que beneficiavam os exportadores. Como resultado, a relação entre os incentivos e PIB caiu de uma média de 3,1% no período de 1981 a 1984 para 1,3% em 1990/1991. O governo continuou batalhando pela isenção total de impostos sobre importação e tomou medidas para fortalecer o esquema de financiamento de exportações.

O impacto da liberalização do comércio foi imenso e teve efeito positivo para o Brasil, uma vez que o país passou a integrar-se na economia mundial, como o incentivo que isso representou para a modernização tecnológica e incremento de

produtividade. As importações de bens de capital¹³ e de consumo em especial, tiveram grande expansão nos anos 90. O acirramento da concorrência e a facilidade do acesso ao capital estrangeiro, intermediado ou não, estimularam os produtores domésticos a aprimorar sua competitividade.

A segunda metade dos anos 90 foi marcada por avanços significativos, devido ao resultado das privatizações das empresas estatais.

Em março de 1990, o presidente Fernando Collor lançou o Programa Nacional de Desestatização (PND), depois foi expandido para a inclusão de empresas estatais conhecidas e de grande porte. Após o impeachment do presidente Collor, Itamar Franco deu seguimento ao processo de privatizações no mesmo ritmo. Foram vendidos 33 empresas estatais, gerando resultados de cerca de US\$ 11,9 bilhões, se computados os recursos obtidos e as transferências de dívidas. Um dos mais importantes foi a venda do setor siderúrgico, que foi implantado após a Segunda Guerra Mundial sob a supervisão do governo e tido como um elemento crítico para a segurança nacional.

Outro grande momento de privatização foi durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), quando foram vendidas 80 empresas, gerando resultados totais de US\$ 73,3 bilhões.

O processo de privatizações iniciado em 1980 tornou-se significativo nos anos 90. No período de 1991-98, o total de receitas geradas pelo programa de privatizações chegou a US\$ 58 bilhões (referentes a empresas do governo federal), mais US\$ 29 bilhões oriundos de empresas estaduais. Tudo correspondeu a um total de US\$ 70 bilhões em ativos vendidos, mais US\$ 17 bilhões em transição de dívida.

¹³ –São bens que servem para a produção de outros bens, especialmente os bens de consumo, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e instalações de uma indústria. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág 51

De 1991 a 1994 foi privatizado um número relativamente pequeno de empresas, gerando receita total de US\$ 8,6 bilhões. Entretanto, nesta fase é que se completou a privatização no setor industrial, com a venda de todas as empresas nos setores de aço, petroquímica e fertilizantes, que correspondiam a mais de 90% das atividades do Estado como empresário.

A abertura de mercado possibilitou o aumento da oferta doméstica e de produtos importados, pois a variedade de bens causou certa euforia no mercado interno. Essa euforia agravou-se após a entrada do Plano Real que, ao estabilizar a moeda e a taxa cambial, aumentou substancialmente o volume de importação. Esse fenômeno gerou déficits na balança comercial, apesar do crescimento verificado nas exportações, principalmente para o Mercosul, que passou a exercer um papel fundamental no desenvolvimento do comércio internacional da região, a partir de sua implantação em 1991.

1.2 – O contexto econômico e político em 1993

Quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse como Ministro da Fazenda, em maio de 1993, a inflação brasileira estava em 30% ao mês, numa trajetória de aceleração lenta mais persistente, superior a 1% a um ponto percentual ao mês. Fernando Henrique e sua equipe adotaram uma política econômica bastante conservadora e apresentaram um Programa de Ação Imediata, com ênfase no ajuste das contas do setor público, cujos desequilíbrios eram identificados como a causa fundamental da inflação crônica no país.

Para o controle da inflação era preciso que o governo equilibrasse seu orçamento, isto é, mostrasse a determinação política de cortar do orçamento excessos de gastos que eram previamente erodidos pela inflação ou financiados pelo imposto inflacionário.

Houve um progresso considerável nas medidas de combate a inflação, em termos das metas do programa inicial de Fernando Henrique, que incluíam cortes profundos no orçamento federal para 1993, renegociação das dívidas dos estados e municípios com o governo federal, reorganização do relacionamento contábil entre o Banco Central e o Tesouro Nacional e renegociação da dívida externa do governo com bancos estrangeiros. Porém, mesmo com todas essas tentativas a inflação continuou a subir.

“O Ministro e sua equipe sabiam que para controlar a inflação era necessário ir além das metas fiscais do programa econômico inicial, que objetivavam controlar o déficit operacional *ex ante*¹⁴, mas não agiam sobre o déficit nominal. A diferença entre os déficits nominal e operacional é que o primeiro inclui os pagamentos de juros nominais sobre a dívida pública, enquanto o último só inclui os pagamentos de juros reais (corrigidos pela inflação). Os pagamentos de juros nominais poderiam ser muito alto, mesmo quando o déficit operacional está equilibrado. Assim, em 1993, quando a inflação estava em 1490%, o orçamento operacional apresentava um superávit de 0,25% do PIB, enquanto nominalmente o déficit era de 58,4% do PIB”.¹⁵

Mesmo com o orçamento operacional equilibrado, enquanto a inflação mantivesse elevado o déficit nominal e a oferta monetária no seu conceito amplo continuaria a se expandir, realimentando a taxa de inflação. A oferta da moeda no sentido amplo inclui o valor da dívida pública interna, que era um substituto quase perfeito da moeda. Além disso, à medida que os agentes aperfeiçoavam seus mecanismos de indexação, a aceleração inflacionária seria inevitável. Com as eleições de 1994 à vista, não podia ser descartada a ocorrência de uma hiperinflação, causada por uma fuga da moeda doméstica em antecipação ao choque econômico que com quase certeza seria adotado pelo novo governo. Como

¹⁴ Essa expressão se aplica às quantidades de investimento, poupança ou consumo planejadas como ação para um período que se inicia. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Pág 228

¹⁵ Mercadante, Aloízio. O Brasil pós Real. São Paulo: Instituto de Economia. 1997

o Plano Collor I, que congelou 75% de todos os ativos financeiros privados domésticos.

Se o déficit operacional estivesse equilibrado, a oferta monetária ampla deixaria de crescer, corroborando para o fim da inflação. Em setembro de 1993 optou-se em adotar um amplo programa de reforma monetária que seria em dois estágios de substituição da velha moeda inflacionada por uma nova e estável, inicialmente como unidade de valor e em seguida como meio de pagamento. A idéia era a de instituir uma unidade de conta doméstica a URV (Unidade Real de Valor), cuja taxa de câmbio informal era de um URV = US\$ 1,00. O valor dessa unidade doméstica assim como o dólar seria estabelecido diariamente pelo banco Central com a taxa de inflação verificada. A partir daí todos os contratos de preços e salários seriam convertidos em múltiplos dessa unidade de valor, substituindo os contratos previamente estipulados segundo diferentes indexadores e períodos. Quando todos os contratos tivessem convertidos para múltiplos da URV, essa Unidade de conta passaria a ser emitida sob o nome de real, como a nova moeda não-indexada do país, com uma paridade de R\$ 1,00=US\$1.00.

Houve muita reação de macroeconomistas estrangeiros se perguntado se não seria melhor para o Brasil dolarizar a economia de imediato, ao invés de fazê-la passar por um mecanismo de conversão tão complexo. Dolarizar a economia não resolveria o problema da conversão dos contratos, já que os contratos existentes não mantinham valores invariáveis em dólar. Com a proibição de contratos denominados em moedas estrangeiras, os contratos estabelecidos na moeda nacional com cláusulas periódicas de ajuste indexadas à evolução dos índices de preço, o Plano Real trilhou um caminho em direção à estabilidade de preços aperfeiçoando esse mecanismo doméstico de indexação contratual.

Para o sucesso do novo plano seria necessário a aprovação de uma emenda constitucional que equilibrasse o orçamento fiscal *ex-ante* e que deveria ser previamente anunciada. Somente sob essas condições seria possível obter a

confiança da população necessária para o sucesso de um programa um tanto ambicioso. O então Presidente da República esperava um plano econômico com respostas mais imediatas, porém deu pleno consentimento ao Ministro da Fazenda, Fernando Henrique e sua equipe econômica para que procedessem de maneira que julgassem adequada.

O Brasil não conseguiu o apoio do FMI, pois estranhavam a proposta de uma política monetária em dois estágios, não conseguindo enxergar como a inflação poderia sofrer uma queda abrupta com a introdução da nova moeda, se as posturas fiscal e monetária não seriam tão diferente daquelas observadas na antiga moeda – com a postura fiscal sendo medida pelo déficit orçamentário operacional pelos níveis das taxas de juros reais. Ao contrário do que pensava o FMI, o Brasil operava em um regime de indexação generalizada de preços e salários, com políticas monetária e cambial completamente passivas, sendo essa a razão porque a inflação mostrava-se insensível ao déficit operacional e ao nível das taxas reais de juros alinhadas ao “risco Brasil”, como indicado pelas entradas líquidas de capital externo. Assim que os contratos de preços e salários fossem desindexados com a introdução da nova moeda, políticas monetária e cambial ativas poderiam ser implementadas. Era preciso, primeiro, eliminar a chamada “inflação inercial”.

Capítulo 2

Este capítulo abordará de forma mais específica as tentativas adotadas para por fim a inflação, assim como o cenário interno brasileiro, e se aprofundará na criação da URV para posterior entrada do Plano Real, como preliminarmente mencionado no capítulo 1.

2.0 – Períodos de grande inflação

Os anos 80 foram marcados pelas altas taxas de juros e pela restrita liquidez internacional; no começo dos anos 90 predominaram as baixas de juros nos países desenvolvidos e um excesso de liquidez. Como consequência um crescente volume de capitais se dirigiram para os países emergentes endividados em resposta ao excesso de liquidez internacional. Além disso, abriu-se espaço para a preponderância de um capital financeiro rentista com a consolidação de um mercado de câmbio, de capitais e de títulos de âmbito mundial que encontrou nos países periféricos grandes oportunidades de valorização. É neste contexto que foi implementado o plano de estabilização da economia brasileira.

Para acabar com a inflação inercial¹⁶ existente na década de 70, alguns economistas achavam que o caminho era o congelamento de preços e salários. Porém este caminho foi inviabilizado, como foi testado pelo Plano Cruzado em 1986. Restavam poucas alternativas, uma delas seria um “currency board”¹⁷ pelo qual o país praticamente renuncia à moeda nacional, ao submeter sua emissão a uma regra de cobertura total pelas reservas internacionais, como fez a Argentina.

Outra tentativa seria criar uma moeda com indexação diária, que reajustasse automaticamente todos os preços e contratos da economia. Ela conviveria algum

¹⁶ Processo inflacionário muito intenso, gerado pelo reajuste pleno de preços, de acordo com a inflação observada no período imediatamente anterior. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Pág 302

¹⁷ Comitê da moeda. Sua principal característica é a garantia de trocar moeda nacional numa taxa determinada e fixa por reservas da moeda estrangeira. Pode atuar também como um órgão emissor de moeda nacional contra lastro da moeda estrangeira mantida em reserva. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Pág 146

tempo com a moeda anterior, e depois a substituiria. Era como se a moeda indexada absorvesse a inflação diariamente, e depois se transformasse numa moeda nova e limpa da hiperinflação. O plano era mais um esquema para liquidar o componente inercial da inflação.

“Com a inflação em disparada, o salário era corroído a cada mês, e as famílias não podiam planejar nada para o futuro. Era um problema crônico para o Brasil, com efeitos devastadores. Em 1990, o aumento dos preços bateu recorde, chegando a nada menos que 82% num único mês, o de março. Em junho de 1994, a inflação estava em 47% mensais quando foi controlada drasticamente com o Plano Real. Desde então, a média da inflação ficou em 0,8%. Em 2001, a média foi de apenas 0,6% ao mês”.

Desde o início, estava claro que o ideal seria fazer um plano para acabar com a hiperinflação, que teria necessariamente que incluir uma reformulação geral no caos das contas públicas brasileiras, e um dispositivo para derrotar o componente inercial da inflação.

Nos dez anos anteriores ao Plano Real, a inflação brasileira medida pelo IPCA acumulou 310 bilhões por cento. Neste período, houve uma sucessão de pacotes, mudanças de padrão monetário, congelamentos e até um seqüestro de contas e aplicações, todos em vão.

Naqueles tempos o cotidiano era marcado pela inflação. O brasileiro não tinha referências seguras para saber se uma mercadoria estava cara ou barata. Qualquer demora ou atraso de pagamentos levava a pessoa a perder dinheiro. Sem falar no transtorno que era ter de correr ao supermercado no dia de receber o salário para evitar os efeitos da remarcação constante de preços.

A tabela abaixo mostra as taxas de inflação mensais desde janeiro de 1994, antes do Plano Real entrar em vigor, e as inflações mensais após 1º de junho quando o Plano Real entrou em vigor, e os meses posteriores que vai até dezembro de 1999.

Tabela 1**Taxas de Inflação mensais 1994-1999**

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Janeiro	42,2	1,4	1,8	1,6	0,9	1,1
Fevereiro	42,4	1,2	0,8	0,4	0,0	4,4
Março	44,8	1,8	0,2	1,2	0,2	2,0
Abril	42,5	2,3	0,7	0,6	-0,1	0,0
Mai	41,0	0,4	1,7	0,3	0,2	-0,3
Junho	46,6	2,6	1,2	0,7	0,3	1,0
Julho	24,7	2,2	1,1	0,1	-0,4	1,6
Agosto	3,3	1,3	0,0	0,0	-0,2	1,4
Setembro	1,5	-1,1	0,1	0,6	0,00	1,5
Outubro	2,5	0,2	0,2	0,3	0,0	1,9
Novembro	2,5	1,3	0,3	0,8	-0,2	2,5
Dezembro	0,6	0,3	0,9	0,7	1,1	1,2

Fonte: Conjuntura Econômica

2.1 – Cenário Interno

O Plano Real fez com que a economia brasileira passa-se por diversas transformações. Devido à falha dos planos anteriores, não houve congelamento de preços e salários, a redução nos índices de inflação foram bastante significativas. O PIB cresceu 5,7%, em decorrência da inserção da parcela mais pobre e da população, que com a estabilidade ganhou poder de compra.

Após um ano de Plano Real, a economia brasileira teve resultados favoráveis, com a continuidade do processo de redução da inflação e crescimento do

PIB. No setor externo, apesar do efeito da crise do México, a situação da balança de pagamentos mostrou-se confortável, acumulando US\$ 14 bilhões de ativos, o que levou as reservas internacionais no conceito de caixa a US\$ 50,4 bilhões.

Em 1996 a economia brasileira caracterizou-se pela continuidade da redução das taxas de inflação em um cenário de crescimento econômico, o que indica a consolidação do processo de estabilização, com objetivo das políticas econômicas implementadas ao longo do período.

O Banco Central foi responsável por conduzir a política monetária visando adequar o nível de atividade ao equilíbrio externo, viabilizando o crescimento econômico sem que pressões de demanda agregada¹⁹ viessem comprometer o processo de estabilização e a meta de saldo em transações correntes do balanço de pagamentos. A política de liberação de crédito foi inserida, incluindo a redução gradual, mas expressiva, das taxas de juros básicas, a diminuição das taxas de recolhimento compulsório sobre os recursos à vista e a redefinição e a consolidação das regras para o recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.

2.2 - Criação da Unidade Real de Valor

Em 1º de março de 1994 buscou-se criar um novo sistema de indexação, através de uma nova moeda chamada de Unidade Real de Valor (URV), aproximadamente em paridade ao dólar, ela foi utilizada como um indexador cujo valor em cruzeiros reais aumentava a cada dia. Foi estabelecido como uma moeda de fato, porém sem poder de compra.

Os contratos foram redenominados nessa nova moeda. Com exceção de salários, alugueis residenciais, mensalidades escolares, preços e tarifas públicas, os termos das conversões poderiam ser renegociados livremente entre as partes contratantes, desde que fossem abolidos os prazos de reajustes inferiores a um ano.

¹⁹ Quantidade de bens ou serviços que a totalidade dos consumidores deseja e está disposta a adquirir em determinado período de tempo por determinado preço. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia . Pág. 160

A partir de um determinado momento, esta URV passaria a chamar-se de Real e não haveria, teoricamente, mais motivos para que os preços aumentassem indefinidamente, pois estariam denominados em URV, desse modo já estariam perfeitamente corrigidos.

A idéia inicial do Plano era permitir um processo de conversão totalmente voluntário, mas isso seria impossível devido à irredutibilidade dos salários nominais determinada pela Constituição. Portanto determinou-se que todos os salários seriam convertidos pelo salário real médio. Exigiu-se que procedimentos similares fossem impostos aos aluguéis residenciais e às mensalidades escolares.

O plano dependia da aceitação do público, pois, ao contrário dos choques heterodoxos²⁰ promovidos anteriormente (como o plano Cruzado e Verão) a população teria que aceitar este novo mecanismo de indexação. Os salários e benefícios previdenciários foram convertidos imediatamente para a URV. Os contratos e transações entre agentes privados foram convertidos voluntariamente

A equipe econômica responsável pelo Plano Real estava atenta ao fato de que já havia um entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal de que não há direito adquirido sobre uma moeda extinta. Desta forma, quando, em 1º de julho, a moeda URV converteu-se no real, e o cruzeiro real desapareceu, os contratos e transações na nova moeda tinham grande solidez jurídica.

Alguns economistas atribuem a criação da URV como um dos grandes fatores de sucesso do Plano Real. Ela era um indexador diário, baseado em três índices de preços, e que também tinha uma paridade fixa, de 1 para 1, em relação ao dólar. A cada dia, a URV valia uma soma maior de cruzeiros reais. No dia 1º de julho, todos os contratos, contas bancárias, aplicações financeiras, operações de crédito da economia que já haviam sido denominados em URV passaram a sê-lo em

²⁰ Política econômica de combate à inflação que consiste em aplicar o congelamento dos preços em todos os níveis durante um período determinado de tempo e liberar as políticas monetária e fiscal. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Pág. 95

reais, à paridade de R\$ 1 para cada URV. Os que ainda eram expressos em cruzeiro real foram convertidos ao real a R\$ 1 por Cr\$ 2.750,00.

2.3 – Implementação do Plano Real

Após inúmeros planos de estabilização e oito trocas de moeda desde o Brasil colônia, o governo pôs em prática o Plano Real, o de maior sucesso até hoje. Foi lançado sob condições políticas peculiares, no último ano de um governo fraco e dividido, e sem ser apoiado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Até então, o país convivia com taxas de inflação superiores a 100% há cerca de uma década. Ou seja, havia uma inércia inflacionária difícil de ser contida.

Foram muitos planos econômicos criados na tentativa de reduzir a inflação: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990) e Plano Collor II (1991), porém foram todos sem sucesso.

Em 07 de dezembro de 1993, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, anunciou que o programa de estabilização, o Plano Real, seria em três fases. O primeiro, seria um mecanismo de equilíbrio orçamentário. O segundo introduziria uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos mais importantes da economia. O terceiro estabeleceria a conversão dessa unidade de conta na nova moeda do país, a uma taxa de paridade semi-fixa com o dólar.

Todos os planos anteriores ao Real destinavam-se a combater a inflação e foram motivados por situações críticas das dívidas externa e/ou interna. Todos eles trouxeram embutidos alguma forma de confisco. O mais grave, neste sentido, foi o Plano Collor I que confiscou ou reteve diretamente as diversas formas de ativo existentes; até depósitos a vista e aplicações em ouro foram atingidos. Todos os outros planos, inclusive o Real, confiscaram a correção relativa a inflação do último mês.

Muitos deles trouxeram também novas moedas. Antes dos planos desses últimos anos, só houve uma troca de moedas, no Governo Vargas, quando o mil réis foi substituído pelo cruzeiro, no início da década de quarenta. Dos anos sessenta para cá a moeda mudou de nome muitas vezes, algumas para simples supressão de incômodos zeros, outras associadas a planos de estabilização.

O primeiro plano de estabilização foi o Plano Cruzado do Ministro Dilson Funaro no Governo Sarney. Um quadro mensal da inflação anual é o melhor cronograma para situar os diversos planos e avaliar seu êxito no tempo. Alguns deles nem chegaram a merecer registro pelo curtíssimo alcance que tiveram.

Devido à entrada do Plano real, houve a maior substituição de dinheiro já realizada no mundo, recorde quebrado com a troca de moedas européias pelo euro²¹ em 01/01/2002. O Banco Central recolheu e incinerou 3,4 bilhões de cédulas de cruzeiro real e emitiu 1,5 bilhão de cédulas de real no valor total de 27 bilhões de reais – 90% fabricadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, e 10% impressas em quatro países. Foram distribuídos 900 milhões de moedas de aço inoxidável, com um peso total de 2 mil toneladas. A mudança custou aos cofres do governo 10 milhões de reais.

O sucesso inicial do plano foi tão completo que seu estrategista político, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito Presidente do Brasil. A tempo de reagir ao impacto da crise do balanço de pagamentos mexicana e aos crescentes desequilíbrios resultantes da introdução do plano, entre demanda e oferta agregada e salários e preços. Durante o ano de 1995, severas iniciativas de política monetária e medidas de desindexação total foram introduzidas. Às custas de uma recessão²² temporária e de uma crescente fragilidade financeira, essas iniciativas foram bem-sucedidas em manter a inflação numa trajetória declinante.

²¹ Denominação da moeda unificada que a União Européia adotará em 1999 e que passou circular a partir de 2002. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia . Pág. 226

²² Conjuntura de declínio das atividades econômica, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordadas. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia . Pág. 512

As reformas feitas a partir do Plano Real sustentaram a estabilidade dos preços e, ao contrário dos outros planos econômicos, garantiram ganhos duradouros aos trabalhadores e aos mais pobres. A inflação manteve-se em níveis de países desenvolvidos, e a estabilidade fincou raízes.

A implantação do Plano Real foi feita por meio de duas Medidas Provisórias, posteriormente convertidas em lei, editadas no final de fevereiro e de junho de 1994.

Para tanto, a equipe envolvida com a implementação do plano promoveu um amplo debate com a sociedade no sentido de esclarecer os conceitos que o envolviam e que, desta vez, não haveria choques. Obviamente, os planos anteriores não poderiam valer-se desta estratégia já que o principal trunfo daqueles era exatamente a surpresa do congelamento de preços. O fato do Real implementado por etapas amainou os ânimos dos receosos com os novos pacotes.

A aceitação do público foi um componente essencial para o processo de estabilização, apesar das altas ocorridas no momento da virada devido a receios de um novo congelamento e da relativa confusão do público.

Depois de concluído o processo de desindexação da economia, o principal instrumento de combate à inflação era a política cambial e de comércio exterior, a qual visava aumentar a concorrência no mercado interno. Para isso, além da redução das tarifas, que já se havia iniciado em 1993, o governo deixava flutuar a taxa de câmbio gerando forte valorização cambial em relação ao dólar.

A conjugação redução de impostos de importação e apreciação²³ cambial implicou uma queda significativa dos preços dos produtos importados, em reais. Além de aumentar a concorrência no mercado doméstico, a nova estratégia representava um “teto” para os preços domésticos, obrigando muitas empresas até mesmo a reduzir seus preços internos para enfrentar a concorrência. Mesmo os

²³ Elevação do preço de uma mercadoria acima daquele que seria determinado pela livre interação da oferta e da procura (inverso de depreciação). Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Pág. 627

produtos que não eram importados impunham limites ao aumento de preços domésticos, dado ao simples potencial de importação.

Ao mesmo tempo, a própria redução da inflação acirrava a concorrência doméstica, à medida que os preços se tornavam mais transparentes, fazendo com que os consumidores ou compradores de insumos passassem a ter memória de preços.

Essa estratégia, embora positiva em termos de combate à inflação, criava um déficit crescente na balança de transações correntes, pela maior pressão sobre as importações e sobre alguns itens da balança de serviços, como turismo e despesas com fretes e seguros, consequência do maior volume de comércio.

Para evitar que o déficit em conta corrente levasse ao desequilíbrio externo o governo procurava obter superávits na balança de capitais, com a implantação do programa de privatizações e com taxas de juros extremamente elevadas. Nesse contexto, a política monetária tornou-se o instrumento de equilíbrio do balanço de pagamentos. A manutenção do câmbio apreciado passava necessariamente pela política de juros elevados.

Depois da criação da moeda, a manutenção das taxas de inflação próximas de zero passou a ser administrada com a contribuição da valorização cambial, algo que foi observado devido ao aumento da demanda por Reais, quando chegou-se a observar uma cotação de R\$/US\$ 0,83. A política monetária era voltada para atração de recursos externos no intuito de manter a moeda nacional valorizada e, assim, conter a inflação via compra de insumos no exterior ou ampliando a competição com o produto estrangeiro, facilitado pela abertura comercial promovida. A adoção do câmbio administrado por bandas foi posterior, com as desvalorizações anuais passando a fazer parte do cenário econômico. O investimento estrangeiro direto em larga escala (em parte devido às privatizações) auxiliaram na formação de um estoque elevado de reservas internacionais, permitindo ao Banco Central fixar a taxa de câmbio.

O Brasil passou pelos efeitos negativos da crise do México – o “efeito tequila” – e pela crise da Ásia, ainda assim mantendo o câmbio fixo sob controle. As conseqüências vieram em forma de aumento de juros, na intenção de manter o capital internacional no país e defender a moeda, algo que estava no cerne da condução do Plano àquele momento. Em janeiro de 1999, logo após a moratória da Rússia, o mercado forçosamente obrigou o Banco Central a flexibilizar o câmbio, após a perda de US\$ 30 bilhões em reservas de abril a dezembro de 1998. A partir de 1999, o governo adotou o sistema de metas de inflação, com a política monetária voltando-se para a estabilização de preços. Pode-se dizer que, naquele momento, com a mudança drástica ocorrida, o Plano Real encerrou-se. O legado ficou: a desindexação e a moeda. Viria uma nova fase, na qual ainda nos encontramos.

O Plano Real conseguiu atingir o seu principal objetivo: o fim da hiperinflação, possibilitando às empresas e às pessoas físicas um planejamento de médio e longo prazo mais claro. Além disso, nos anos que sucederam o Real, este fato permitiu uma pequena redução da desigualdade da renda, já que a inflação atua como um imposto regressivo, conforme observado pela queda do índice de Gini²⁴ de 0,604 em 1991 para 0,596 em 1999. A parcela da renda dos 1% mais ricos caiu de cerca de 15% em 1993 para 13% em 1999. De 1994 a 1998, o crescimento médio do PIB foi de 3,2%, superior aos 0,8% dos cinco anos anteriores.

Naturalmente, muito ainda falta a ser feito. Atualmente, os problemas são microeconômicos²⁵, com a ausência de reformas como a tributária, da criação de marco regulatório, da independência do Banco Central, cujas definições podem vir a restringir o crescimento sustentável do país. Atualmente, o desafio maior é o crescimento, tão importante quanto o da inflação.

²⁴ Medida de concentração, mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Pág. 106

²⁵ Ocupa-se da forma como as unidades individuais que compõem a economia – consumidores privados, empresas comerciais, trabalhadores, latifundiários, produtores de bens ou serviços particulares

Ao ser implantado o plano Real se serviu de duas âncoras principais: as políticas monetária e cambial. A primeira foi usada pelo governo como instrumento de controle dos meios de pagamentos; a segunda trata do controle das relações comerciais entre o Brasil e o resto do mundo.

Assim o Real foi instituído para por fim em mais de uma década de crise inflacionária, baseava-se, de um lado na tentativa de cortar a inflação inercial (tudo era corrigido de acordo com a inflação de mês anterior), e de outro lado, no estabelecimento de uma âncora cambial.

A política monetária influencia a economia graças ao estoque da moeda e à taxa de juros. A política cambial conta com duas importantes variáveis: a taxa de câmbio e o saldo da balança de pagamentos, que se compõe de três elementos: saldo da balança comercial, de serviços e de capital.

As altas taxas de juros impostas pelo governo estimulam a entrada de capital estrangeiro e mantêm o equilíbrio no volume da moeda em circulação, graças ao saldo deficitário da balança comercial. Num primeiro momento, a entrada de capital produz um excedente de moedas em circulação, que por sua vez, aumenta a demanda em virtude do volume de oferta constante. Para que essa situação não chegue a desequilibrar a economia, majorando preços e alimentando a inflação, o governo estimula a poupança em detrimento do consumo, mediante elevação das taxas de juros.

A valorização do real em relação ao dólar, por sua vez, também estimula as importações e os investimentos de capital externo. As importações trazem tecnologia, redução de custos e participação de produtos internacionais de qualidade no mercado nacional. Para os consumidores, a competitividade favorece a multiplicidade de escolha, mais qualidade de produtos e mais estabilidade de preços. Para os investidores externos, a decisão de aplicar no mercado financeiro brasileiro deve levar em conta o diferencial entre as taxas de juros local e exterior bem como a

expectativa de desvalorização do real em relação dólar. Daí a necessidade de manter estável a taxa de juros.

O Brasil então decidiu se endividar para acumular reservas internacionais, que funcionam como fundo de garantia contra a instabilidade monetária e cambial, se bem que essas reservas tenham sido mantidas devido à sobrevalorização do dólar.

Ainda que os altos níveis de reservas internacionais da economia brasileira garantam segurança para o plano de estabilização é necessário implementar medidas de ajuste fiscal, que forcem o desempenho cada vez menos significativo da âncora cambial sobre o processo inflacionário.

Para as empresas, a estabilização requer um esforço adicional, pois a maneira de administrar o caixa, de gerir os estoques e de negociar com os fornecedores era cada vez mais decisiva para determinar os ganhos ou prejuízos. Sem margem para acumular estoques num período de juros estonteantes, elas tiveram que aumentar a produção para atender a uma demanda crescente. Do contrário, a concorrência poderia ocupar seu espaço. Os investidores também foram afetados. Como a inflação é combatida com juros altos, as aplicações financeiras de renda fixa oferecem remunerações melhores que as bolsas.

O Real também fez mudanças na vida das pessoas, principalmente na área de recursos humanos das empresas, a estabilização da moeda impôs mudanças profundas, da política de remuneração a busca do profissional ideal, do treinamento ao recrutamento. Tais mudanças serão necessárias inclusive para satisfazer o consumidor que emergiu com o real. Antes a tendência era escolher produtos de menor valor, e depois ficou-se atento à qualidade dos produtos e ao atendimento. Aqueles que não se adaptaram as regras do jogo, podem ter condenado sua empresa ao prejuízo, ou à perda de oportunidades de negócio.

A manutenção da estabilidade de preços obtida com o Plano Real exigia um manejo adequado das políticas monetária, cambial e fiscal para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda agregada, para afastar o perigo do retorno da indexação e para neutralizar as pressões inflacionárias decorrentes do déficit público. Não era pequeno o desafio. Antes do Real política econômica funcionava de forma simplificada: o governo decidia o nível de gastos e o Banco Central garantia o financiamento via imposto inflacionário. A indexação encarregava-se de evitar os custos da inflação não-antecipada.

Para garantir a estabilidade, a opção inicial da equipe econômica foi pelo estabelecimento de taxas de câmbio flutuantes e taxas de juros elevadas. A valorização cambial decorrente dessa política ajudou a manter a inflação sob controle, funcionando como uma âncora nominal para os preços, mas gerou déficits crescentes em conta-corrente, financiados, inicialmente, com a entrada de capitais, então abundantes. De reforma fiscal, nem sinal. No final de 1994, a crise mexicana obrigou à primeira mudança do regime cambial.

O Plano Real além de combater a inflação gerou mudança mais drástica no setor externo da economia brasileira das últimas décadas. O “peso” dado ao setor externo como componente de estabilização foi, em grande parte responsável por essa mudança.

A abertura comercial, que se havia iniciado em 1990, foi a grande “marca” do Plano Real. Conjugando um processo de redução de alíquotas de importações com apreciação cambial, a estratégia de estabilização foi extremamente dependente do setor externo. Não somente as importações desempenharam diretamente um papel importante no aumento da oferta, como também limitaram os aumentos de preços, mesmo que as importações não fossem efetuadas. O simples potencial de importação tirou o espaço de manobra das empresas para elevação dos preços no mercado doméstico.

Os impactos dessa estratégia sobre o setor externo tem quatro períodos distintos. O primeiro, que vai desde a implantação do plano (julho de 1994) até março de 1995, é caracterizado por forte pressão de demanda interna e substancial aumento das importações. A demanda da economia aqueceu-se porque a redução da inflação favoreceu as camadas de menos poder aquisitivo e também pela volta do crediário, viabilizado pela redução da inflação.

Parte desse aumento de demanda foi desviado para as importações, não apenas dos bens de consumo, como também de bens intermediários e de capital. Na realidade, a redução dos impostos de importação e de apreciação cambial tomavam os produtos importados extremamente baratos, em reais. A própria preocupação empresarial em reduzir custos para enfrentar a concorrência externa levou à utilização crescente de insumos importados e aquisição de bens de capital no exterior, devido a grande necessidade das empresas se modernizarem.

No primeiro ano do Plano real (julho de 1994 a junho de 1995) as importações cresceram mais de 70% em relação aos 12 meses anteriores, no mesmo período as exportações cresceram 20%. Surgindo assim a partir de novembro de 1994 os déficits comerciais (US\$ 409 milhões). Porém, a situação deficitária da balança comercial não preocupou a equipe econômica do governo, uma vez que fazia parte da estratégia do plano utilizar de forma crescente a poupança externa para financiar o investimento interno. E isso somente ocorria por meio de déficits na balança de transações correntes.

2. 4 - Política Cambial

“Após o processo de abertura comercial em 1994, a política comercial visou aumentar a oferta interna de produtos a preços competitivos, mediante redução de

diversas tarifas de importação, eliminação de Barreiras não-tarifárias , simplificação dos trâmites operacionais e desoneração dos produtos exportáveis.”²⁷

No ano de 1994 foram concluídas as negociações para o estabelecimento do bloco econômico Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina), e foi criado também a Tarifa Externa Comum (TEC)²⁸.

O Banco Central assumiu o compromisso de vender dólares quando a taxa de câmbio atingisse R\$ 1/US\$ 1. O Banco Central se limitou a evitar maior volatilidade na taxa de câmbio e coibir movimentos especulativos. Nos primeiros meses do Plano Real, o ingresso líquido de divisas, via operações comerciais e financeiras, propiciou valorização nominal da moeda, estimulando-se a demanda e limitando-se a oferta de divisas.

O sistema de bandas cambiais adotados em março de 1995, fez com que o Banco Central atuasse no mercado permitindo a gradual desvalorização do real em relação ao dólar. Essa estratégia procurou neutralizar a elevação dos custos das exportações.

O Banco Central instituiu o leilão de spread²⁹ para definir taxas de compra e venda. No final de 1995, a cotação de venda do real situou-se em R\$ 0,973 por dólar, representando desvalorização nominal do real de 1,5% no ano.

O Banco Central também passou a sinalizar os parâmetros das taxas nas suas operações com as instituições financeiras, servindo de base para a taxa de

²⁷ Marinho, M.M. Henrique. Política cambial Brasileira. São Paulo: Aduaneiras Informação sem fronteiras. 2003

²⁸ Significa o estabelecimento de uma tarifa comum para as importações de países assinantes de um acordo de integração econômica ou comercial, como, por exemplo, o Mercosul. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 2004. Pág.593

²⁹ Taxa adicional de risco cobrada sobretudo no mercado financeiro internacional . É variável conforme a liquidez e as garantias do tomador de empréstimos e o prazo de resgate. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 2004. Pág. 575

câmbio pelo mercado. As taxas de Câmbio nem sempre estavam compatíveis com os indicados no leilão de spread, forçando o Banco Central fazer ajustes nas condições de liquidez par atender aos objetivos da política cambial.

O ingresso de capitais estrangeiros era volumoso, o mercado de câmbio tinha expectativa que a moeda brasileira se valorizasse. O Banco Central manteve o ritmo da correção cambial, mediante intervenções que contemplaram a venda de títulos públicos indexados ao dólar, como forma de dar hedge³⁰ ao mercado.

Durante o ano de 1996, o real foi desvalorizado em 7,17%, com a cotação de venda do dólar atingindo R\$ 1,0449 ao final de dezembro. Até o final de 1997 não houve alteração na política cambial adotada a partir de 1995. Houve apenas uma única alteração dos parâmetros da banda cambial do ano, ajustando de R\$ 0,97/R\$ 1,06 para R\$ 1,05/R\$1,14 por dólar.

2.5 - Cenário Internacional

No cenário internacional a economia mundial apresentou taxa de crescimento de 3,7% em 1994, superior a média do período 1990-1993, que foi de 2%. No entanto, para evitar pressões inflacionárias por parte da economia norte-americana , o Federal Reserve³¹ praticou uma política de elevação preventiva dos juros, que se elevou de 3% para 5,5% durante o ano.

2.5.1– Crise Mexicana

Ao final de dezembro de 1994, de mais de uma crise mexicana, ocorreu uma reversão no processo de transferências internacionais de capital, com uma série de países, inclusive o Brasil sendo afetado. Em março de 1995, passou a ser adotado o

³⁰ Significa “salvaguarda”. É um mecanismo utilizado por operadores do mercado financeiro e de commodities para se resguardarem de uma flutuação de preços. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 2004. Pág. 279

³¹ Conjunto das organizações financeiras que formam o sistema bancário central dos Estados Unidos. Sandroni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 2004. Pág 561

mecanismo de bandas cambiais, que consistiu em estabelecer intervalos em que a taxa cambial poderia variar. Adotou-se também uma política de taxa interna mais elevada, para estimular maior captação de divisas.

O levado déficit em conta corrente registrado pelo México levou a uma forte fuga de capitais daquele país, e colocando em risco o próprio real. A preocupação de que o déficit mexicano não poderia se sustentar por um período muito longo e que mudança na política cambial seria inevitável (a desvalorização cambial importaria perdas aos proprietários de ativos em moeda mexicana) levou o capital financeiro a se antecipar e, em apenas dois meses, as reservas internacionais do México caíram a níveis irrisórios.

A desaceleração no ritmo de crescimento das economias desenvolvidas marcou a economia mundial em 1995. O PIB real dessas economias cresceu 2,45% depois de se expandir 2,9% em 1994. O resultado foi consequência de políticas restritivas e a instabilidade dos mercados financeiros e cambiais, que obrigaram a elevação das taxas de juros desses países, principalmente nos EUA, que elevaram as taxas do Federal Funds, de 5,5% para 6%.

A economia mundial registrou em 1996 uma aceleração, devido ao resultado das menores taxas de juros praticadas pelos países desde meados de 1995, a par da estabilidade dos mercados financeiro e cambial.

O México saiu da crise com a ajuda financeira do Estados Unidos, uma vez que estava havendo imigrações para o Estados Unidos, e além do mais com a crise era preciso reconhecer que havia falhas no Consenso de Washington, tais como: Recessão, Inflação, desvalorização do câmbio, dentre outras.

Alguns países como a Argentina sofreram com o “efeito contágio”, porém o Brasil resistiu devido à resistência do Banco Central em desvalorizar a moeda, fazendo com que os investidores desconfiassem da moeda brasileira.

2.5.2 – Crise Asiática

A crise econômica e financeira teve início na Tailândia em meados de 1997, e espalhou-se por outros países do Sudeste Asiático, incluindo o Japão e Coreia do Sul, ameaçando disseminar-se por outras regiões, devido ao “medo” dos investidores. Porém foram adotadas algumas medidas pelos países atingidos, com a ajuda de outras nações e instituições internacionais, coordenados pelo FMI.

Em consequência da Crise Asiática, a economia mundial foi afetada, passando de 4,25% para 4,1% em 1997, ainda assim foi a taxa mais elevada em uma década. Apesar da crise, o volume do comércio mundial de bens cresceu 8,6%, a mais que no ano anterior, quando ocorreu expansão de 5,9%, segundo dados do FMI. O aumento foi devido à redução dos preços das mercadorias em cerca de 4,8% e ao aumento da taxa de crescimento econômico, verificado principalmente no grupo das sete maiores economias industrializadas, com a exceção do Japão e União Europeia.

“A crise asiática, forçou a Autoridade Monetária a atuar no mercado cambial e monetário para fazer frente aos reflexos advindos da crise que se abateu naqueles países, com forte repercussão no mercado na América Latina e, principalmente do Brasil. A alta taxa de juros elevou o custo de oportunidade das posições em moeda estrangeira, forçando os agentes a reverterem suas posições compradas para vendidas, com impacto positivo sobre as reservas internacionais.”³²

2.5.3– Crise Russa

A crise da Rússia marcou dois períodos distintos no mercado cambial brasileiro. O primeiro sob influência das medidas de estímulo à entrada de capitais

³² Marinho, M.M. Henrique. Política cambial Brasileira. São Paulo: Aduaneiras Informação sem fronteiras. 2003

externos adotadas no final de 1997, com a elevação dos juros e a redução do prazo médio mínimo de amortização³³ dos empréstimos externos, ocorreu influxo de capitais que permitiu a recomposição das reservas internacionais, alcançando o máximo, em abril de 1998, US\$ 74,7 bilhões, no conceito de liquidez internacional . Portanto devido o efeito da crise da Ásia, deu-se início a um novo período para o mercado de câmbio, caracterizado pela redução da entrada de capitais externos e das reservas internacionais.

As condições das economias asiáticas não melhoraram e a Rússia foi atingida por uma crise econômica e financeira que se refletiu em vários países latino-americanos. Os mercados de ações tornaram-se voláteis, o spread para empréstimo teve acentuado aumento.

³³ Redução gradual de uma dívida por meio de pagamentos periódicos combinados entre o credor e o devedor. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 2004. Pág. 24

Capítulo 3

O objetivo deste capítulo é mostrar as conseqüências da implantação do Plano Real para a economia brasileira, assim como a importância dos Investimentos Direto Estrangeiros, a liberalização comercial, o programa de privatizações e o desempenho da economia brasileira.

3.0 – Abertura da competitividade brasileira após o Plano Real

O crescimento da economia nacional está relacionado com o conteúdo tecnológico da sua produção e a produtividade. Foi o que o plano Real nos trouxe, uma vez que as indústrias brasileiras precisavam aumentar a sua competitividade. Quanto maior tecnologia empregada maior o valor agregado do bem produzido e conseqüentemente a competitividade das indústrias. O resultado reflete numa melhoria dos termos de troca , que certamente criaram condições do crescimento auto-sustentado para a economia.

A implementação do Plano Real abriu espaço para a entrada de novas tecnologias. Na década de 90 a indústria concentrou-se na produção de bens com menor conteúdo tecnológico, importando bens de maior sofisticação, fazendo com que a economia perdesse a competitividade. Havia um certo comodismo por parte dos empresários, pois praticamente dominavam o mercado nacional, sem concorrência com as empresas estrangeiras mais eficientes.

Com o Real, várias empresas faliram, devido ao fácil acesso aos produtos importados, com qualidade superior e preços mais baixos. Devido à falta de competitividade dos produtos da indústria nacional, a demanda interna foi redirecionada para o mercado externo, com o câmbio sobrevalorizado e facilidades no acesso a fontes de financiamento no exterior. Como resultado houve acentuado déficits comerciais devido ao aumento das importações.

Os programas de privatizações, fusões e aquisições ou ainda pelo ingresso de empresas estrangeiras na economia nacional, provocaram ruptura no padrão de crescimento das importações.

As importações de bens de capital cresceram 64% nos dez primeiros meses do Plano Real, o que é um sinal bastante positivo, pois quer dizer que os empresários nacionais aumentaram a sua capacidade de produção para atender aos consumidores e para aumentar os produtos a serem exportados. O aumento da oferta de produtos aprofunda a concorrência entre os produtores, provocando queda nos preços, beneficiando os consumidores.

Antes do Plano Real quase não havia produtos importados disponíveis ao consumidor brasileiro. Com a abertura da economia, houve redução do imposto sobre importação e atualmente pode-se comprar praticamente qualquer tipo de produto produzido no exterior. Como consequência, melhorou a qualidade e baixou o preço dos produtos nacionais devido à concorrência dos importados. Encontram-se nas prateleiras dos supermercados bens de consumo produzidos em todo o mundo a preços competitivos.

3.1 – Investimento Direto Estrangeiro

O processo de investimento estrangeiro, comandado pelo presidente Fernando Henrique, começa a tomar impulso devido a maior credibilidade conquistada pela economia brasileira nos mercados internacionais, graças à estabilização econômica.

O Brasil é um dos principais receptores de investimento estrangeiro entre os países em desenvolvimento. À exceção de alguns setores (petróleo, energia nuclear, saúde, vigilância e segurança privada, por exemplo) o investimento estrangeiro no Brasil é livre: ao constituir-se uma empresa no país não há distinção

em relação à nacionalidade do capital, devido às reformas na Constituição, fato também importante para estimular o IDE.

O Plano Real foi importante para o país absorver de forma mais agressiva o capital estrangeiro produtivo.

Com a abertura, a economia se mostra mais competitiva, esse é um indicador que orienta os investidores. Essa maior competitividade acaba aumentando o interesse de empresas nacionais em associar-se ou vender parte do capital às estrangeiras, pois para competir precisam de tecnologia mais moderna. Com isso, o movimento de fusões e aquisições acaba ampliando o volume de entrada de investimento estrangeiro.

Além da abertura comercial e da redução da inflação, a concorrência acirrou-se pela própria estratégia de expansão das empresas multinacionais, em direção aos mercados emergentes, em particular o Brasil. Os mercados que até então eram considerados concentrados passaram a ter características competitivas, reduzindo a capacidade das empresas de fixar preços.

Além do programa de privatizações, que transferiu a propriedade do setor público para o setor privado, verificou-se também forte transferência dentro do setor privado, das empresas privadas nacional (EPN) para empresas multinacionais (EMNs).

Desde o início dos anos 90, tem-se observado um fluxo crescente de investimento direto estrangeiro (IDE), em busca de economias de escala. Essa expansão foi mais intensamente dirigida aos países emergentes, e o Brasil tem recebido uma proporção crescente desses investimentos.

Fatores de atração que justificam a posição das EMNs: Dimensão do mercado e as perspectivas de crescimento; perspectivas de retorno mais elevado, característica normal dos crescimentos menos explorados; disponibilidade de mão

de-obra; investimentos fiscais, como doação de terrenos, isenção de impostos e baixo investimento inicial, principalmente após a desvalorização cambial.

Os investimentos estrangeiros tiveram importância na modernização de empresas nacionais, através de fusões e aquisições. Os investimentos estrangeiros privilegiaram o setor de serviços, sendo que em 1997, 83,7% dos investimentos estrangeiros destinaram-se a este setor contra 13,3% destinados à indústria.

Os investidores estrangeiros na economia funcionaram como injeção de competitividade para as empresas brasileiras, encorajando maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além de priorizar treinamento dos recursos humanos para melhor qualifica-los. Além do mais, a transferência da tecnologia por parte das empresas estrangeiras trouxe maior modernidade à produção.

A tabela abaixo mostra o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro de 1991 a 1999, e a quantidade de fusões e aquisições durante esses anos.

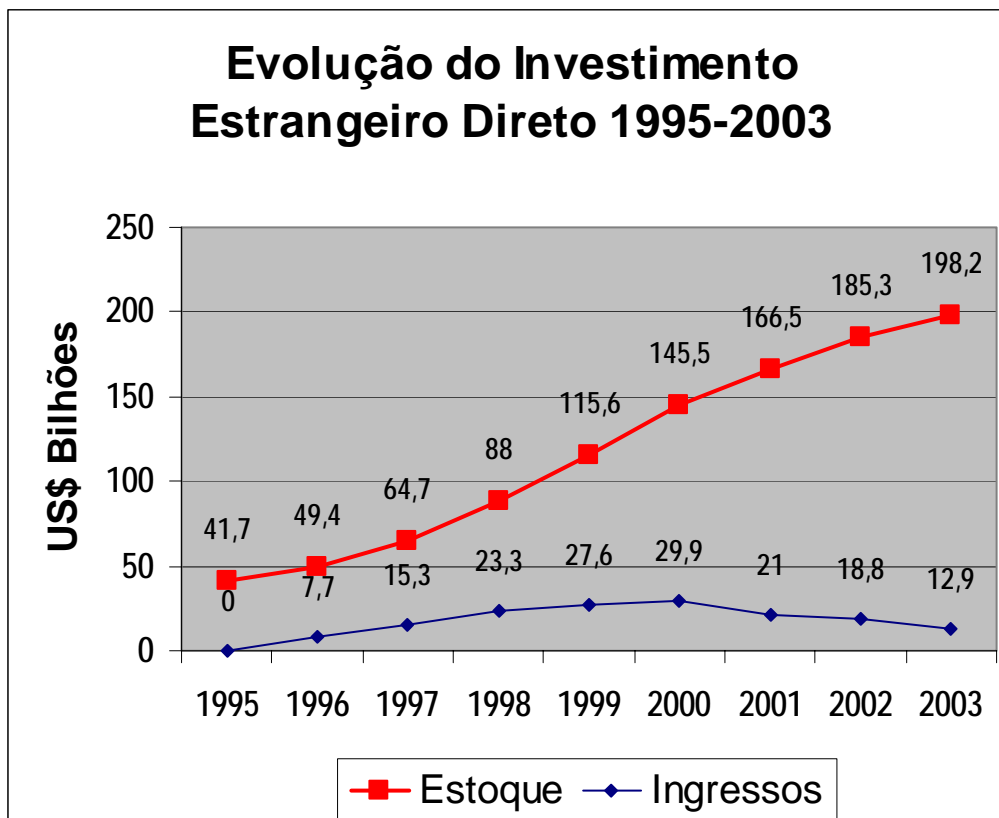
Tabela 2

Fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

Anos	% do total	
	Fusões e Aquisições	Novos Projetos
1991	53,1	46,9
1992	69,7	30,3
1993	77,1	22,9
1994	79,3	20,7
1995	71,8	28,2
1996	75,8	24,2
1997	73,1	26,9
1998	82,4	17,6
1999	76,3	23,7

Fonte: UNCTAD

Tabela 3



3.2 – Produção Industrial

Nos quatro primeiros meses de 1995, a produção industrial aumentou 15%. O crescimento da produção de bens de consumo duráveis foi de mais de 20% neste período. Mais espetacular ainda foi o crescimento da produção de bens de capital, que são máquinas e equipamentos utilizados para produzir outros bens. A produção aumentou 30% de janeiro a abril de 1995, em relação aos quatro primeiros meses do ano anterior. Isso significa que as empresas estavam investindo e que, portanto, estavam sendo criadas novas oportunidades de emprego e maior oferta de produtos para a população.

A abertura da economia privilegiou as empresas competitivas. O setor industrial reagiu visando obter maior especialização, ampliando sua lucratividade e a competitividade dos bens produzidos. Essa atitude permitiu um aumento na

demanda por peças e componentes importados , tendo esse deslocamento para o exterior se refletindo na indústria de bens de capital. A partir de então ocorre decréscimos na produção de bens de capital, pois deixa muito a exigir devido ao mercado internacional em termos de inovações e tecnologia. As empresas de bens de consumo duráveis despontam com acréscimos significativos na produção nacional. Importante passo para o crescimento da indústria de bens de duráveis. Foi a implantação do Regime Automotivo, que atraiu um volume expressivo de investimentos para este setor.

O aumento do poder aquisitivo nos primeiros anos do Real foi o grande impulsionador das pequenas e médias, que dependem muito mais do mercado interno do que as grandes. Os setores de comércio e serviços, que, com 65% e 54%, respectivamente, de aumento de vendas desde 1994, cresceram muito acima do industrial, com 34%.

3.3 – Programa de Privatizações

O governo enxergou a necessidade das privatizações, uma vez que o Estado não cumpria bem suas funções, ou seja, não atuava no campo produtivo, com o grau adequado de competitividade e eficiência. Com o Real as empresas privadas assumiram responsabilidades na construção do desenvolvimento. O poder público passou a dar prioridade ao campo social, com o objetivo de por fim as desigualdades existentes.

A tardia modernização da infra-estrutura ganhou espaço quando o governo abriu espaço ao capital privado e cuidou de criar órgãos capazes de regulamentar e fiscalizar essa participação, de modo a garantir à população serviços de boa qualidade a preço justo.

O Estado já havia esgotado a capacidade de intervenção e os recursos necessários. Essa tarefa para a retomada dos investimentos de infra-estrutura necessárias para expansão econômica só poderia ser cumpridas pelo capital privado nacional e estrangeiro.

O programa de privatizações e concessões começado na década de 90 foi fortemente impulsionado após a estabilização de preços propiciadas pelo Plano Real.

As privatizações foram responsáveis por um considerável volume de entrada de capitais externos, sendo bastante significativos esses investimentos em termos de infra-estrutura, nos casos da Telebrás, Comgás, Eletropaulo, entre outras.

As privatizações, além de contribuírem para o processo de aumento geral da eficiência da economia, sinalizam novas possibilidades de investimentos atraíram capitais, tanto estrangeiros como diferentes capitais nacionais. Teve início a partir daí um conjunto de novos arranjos financeiros idealizados para permitir a participação conjunta de diferentes grupos de capitais na miríade de novas oportunidades de investimento que começam a surgir.

“Os maiores benefícios decorrentes do programa de privatizações consistem na retomada de investimentos em setores-chave para o desenvolvimento do País. Essa retomada constitui processo decisivo para o rompimento de gargalos acumulados ao longo de mais de uma década. Também são importantes os ganhos de eficiência para o conjunto da economia, associados à substituição da gestão estatal pela gestão privada dos serviços de infra-estrutura e à implantação de um marco regulatório que favorece a competição entre os fornecedores desses serviços. Além disso, as receitas de privatização contribuem para reduzir o estoque de dívida pública, propiciando uma potencial diminuição do serviço da dívida.”³⁴

³⁴ <http://www.planalto.gov.br>

Com a ampliação das privatizações e a flexibilização dos monopólios mantidos em mãos do Estado, os interesses da sociedade brasileira passaram a ser melhor atendidos. O programa de privatização foi de fundamental importância para a consolidação da estabilidade monetária, pois permitiu que o Governo concentrasse seus recursos orçamentários em atividades diretamente ligadas ao bem-estar da população, como saúde, saneamento e educação. Assim, o Governo, que não tinha recursos para os grandes investimentos que as empresas exigem para se manterem competitivas no mundo moderno, transferiu parte dos seus ativos ao setor privado. Quando da venda de uma empresa, o Governo recebe uma parte em dinheiro e outra em "moeda de privatização", que é um título do Governo, o que significa redução da dívida do Governo. Outra vantagem da privatização é a transferência para o comprador das dívidas das empresas vendidas.

A tabela abaixo nos mostra de maneira clara, as empresas que foram privatizadas entre 1991 com as privatizações iniciadas pelo presidente Fernando Collor, até 1998 após a implantação do Plano Real.

Tabela 4
Brasil Programa de Privatizações (1991-1998)

(US\$ milhões)

setor	N.º de Empresas	Ativos vendidos	Transferência da dívida	Total
Aço	8	5562	2625	8187
Petroquímica	27	2698	1003	3701
Energia Elétrica	3	3907	1670	5577
Ferrovias	6	1697	-	1697
Mineração	2	3305	3659	6864
Telecomunicações	21	26970	2125	29095
Outras	14	2442	344	2786

Empresas Federais	81	46581	11326	57907
Empresas Estaduais	26	23724	5311	29035
Total	107	70305*	16337	86942*

Fonte: A.Pinheiro, E. Giambiagi (1998) e www.bndes.gov.br
Inclui vendas de participações minoritárias

3.4 - Desempenho Econômico

O Plano Real trouxe, também, uma nova perspectiva para a economia brasileira em termos de oportunidades de emprego. O PIB cresceu 5,67% em 1994, com o setor industrial apresentando expansão de 7%. A agropecuária acusou crescimento ainda maior, de 7,6%, confirmado pela safra recorde de cerca de 80 milhões de toneladas de grãos.

O setor serviços cresceu 4%, a taxa mais baixa, denotando, em parte, o efeito do desaparecimento do ganho inflacionário que antes contribuía para o grande movimento de dinheiro no sistema financeiro.

A economia manteve-se em expansão nos primeiros três meses de 1995, contrariando aqueles que qualificavam o programa como recessivo. A taxa de crescimento do primeiro trimestre, em relação aos três últimos meses de 1994, foi de 3,1%, atingindo o aumento expressivo de 10,4%, sobre o primeiro trimestre de 1994.

Entre junho de 1994 e março de 1995 a produção industrial cresceu 15,5% em termos dessazonalizados³⁵. O setor de bens duráveis liderava até março o crescimento industrial estimulado pelo Plano Real, acumulando expansão de 29,7%. No entanto, o setor de bens de capital, responsável pela ampliação da capacidade de oferta da economia, também teve expressivo crescimento, alcançando a taxa de 27,2% naquele período.

³⁵ Operação de retirada da sazonalidade, isto é, variações estacionais de uma série estatística. Sandroni, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 2004. Pág. 172.

3.5 – Impulso ao crescimento

O controle da inflação beneficiou os segmentos de baixa renda, e o aumento de seu poder aquisitivo se converteu imediatamente em consumo, aquecendo a indústria de alimentos, artigos populares e bens duráveis, além de serviços.

Três fatores foram essenciais pelo benefício da queda de preço de diversos serviços devido ao aumento do consumo. O primeiro foi a concorrência externa proporcionada pela abertura da economia, a segunda foi o ingresso no mercado de novos fornecedores nacionais e por último a redução de custo graças aos ganhos de escala na produção interna, resultantes da intensificação da demanda. Essa situação incentivou os empresários a expandir a produção e a retomar os investimentos, visando à modernização ou a ampliação da capacidade instalada e à reestruturação dos processos produtivos.

As empresas que mais se beneficiaram foram aquelas que já haviam se ajustado ao ambiente de maior abertura e concorrência externa, iniciados no início da década de 90. Entre 1994 e 1998, foram criados mais de um milhão de novos postos de trabalhos nas regiões metropolitanas, onde vivem 25% da população. Com o aumento dos salários houve uma forte expansão da massa de rendimentos.

As instituições ampliaram as ofertas de financiamento. Possibilitando maior crédito aos consumidores, que passaram a ganhar mais, além do mais os preços eram previsíveis, fazendo com que o consumidor passa-se a programar os seus gastos a longo prazo. A tabela abaixo mostra em números o quanto a população foi beneficiada, pois aumentaram a qualidade de vida, podendo adquirir bens de consumo a um preço menor com maior qualidade.

Tabela 5
O Real e a Expansão do Consumo

Crescimento do consumo de alimentos industrializados (%) 1994 – 1997		Domicílios que não possuíam e passaram a ter eletrodomésticos (1994 – 1996)	
Frango	39,9	Fogão	3.125.443
Carne Bovina	27,1	Rádio	4.472.470
Carne Suína	26,1	TV P&B	5.518.731
logurte	85,9	TV em cores	8.968.204
Queijos	51,8	Geladeira	4.591.321
Refrigerantes	71,5	Feeezer	2.372.124
Biscoitos	42,6	Máq. De lavar	3114.936

Fonte: Banco Central

Conclusão

Como foi exposto ao longo deste trabalho, o Brasil passou por períodos de grande inflação e crise na balança comercial, que impediram a economia brasileira de beneficiar-se plenamente dos períodos de crescimento da economia mundial. Contudo, foram criados inúmeros planos econômicos que visavam por fim à inflação existente na época, porém nenhum conseguiu manter a inflação baixa por um longo período.

A inflação dificultava o crescimento do país naquela época. Entrou em vigor então o Plano Real, cujo objetivo principal era por fim a inflação e retomar o crescimento sustentado da economia. O Plano conseguiu alcançar o seu principal objetivo: acabar com a inflação e abrir ainda mais a economia brasileira, o que trouxe conseqüências benéficas para o país. tais como: liberalização da economia, reformas estruturais, abertura da competitividade brasileira, entrada de Investimentos Direto Estrangeiros (IDE), que saltaram de US\$ 1,738 bilhão para US\$ 9,123 bilhões entre 1995 e 1996.

A participação dos Investidores Estrangeiros, foi essencial para o sucesso do Real, pois as empresas não estavam investindo em tecnologia por já dominarem o mercado. As indústrias ficaram de certo modo preocupadas, passando a investir em tecnologia de ponta. Esses investidores foram fundamentais para a abertura da economia brasileira, funcionando como injeção de competitividade. A expansão do mercado doméstico renovou o interesse das empresas instaladas no Brasil e atraiu novos concorrentes.

Não se pôde deixar de mencionar a influência das privatizações para a abertura da competitividade da economia brasileira, pois permitiram a entrada de capitais externos. O governo pode também dar atenção à área social, que estava um pouco esquecida, uma vez que livraram-se dos pesados déficits orçamentários com

muitas das estatais que foram privatizadas, o que fez liberar maiores recursos fiscais para investimentos nos setores de saúde e educação.

Cabe mencionar ainda, que o Plano Real foi bem sucedido não apenas por abaixar a inflação, mas também por mantê-la baixa até hoje. Fato que nenhum outro plano conseguiu. O Real também mudou a vida das pessoas, uma vez que elas tiveram maior acesso ao crédito, e puderam planejar suas contas sabendo que os preços não iriam mudar. Cabe ressaltar o impulso dado às empresas nacionais, devido aos investimentos tecnológicos que foram feitos, o que permitiu a estas poder competir de maneira igualitária com as empresas estrangeiras. É importante mostrar que grande parte das importações no período imediatamente após a implementação do Plano Real foi constituída por máquinas e equipamentos (Bens de Capital), que contribuíram para o aumento da produção e para maior produtividade de muitos setores da economia brasileira.

Pode-se, assim, concluir que o Plano Real foi de grande relevância ao nosso país, com taxas de inflação equiparadas ao dos países desenvolvidos. A estabilização da moeda trouxe de volta, também, a capacidade de planejar, das empresas e dos consumidores, e permitiu melhor integração da economia brasileira aos mercados internacionais. O Real trouxe não só a estabilidade monetária, mas também ganhos significativos com relação à produtividade e competitividade da economia brasileira.

O Real, além de trazer credibilidade a moeda brasileira, possibilitou a empresas nacionais investirem em tecnologia. Podemos dizer então que se hoje o processo de expansão das exportações dessas empresas está aumentando, foi devido aos investimentos realizados anteriormente, tais como bens de capital e funcionários especializados.

Referências Bibliográficas

- Mercadante**, Aloízio. O Brasil Pós Real. São Paulo: Instituto de Economia. 1993
- Pereira**, P. José. Economia Brasileira. São Paulo: Editora Atlas. 1993
- Marinho**, M.M. Henrique. Política cambial Brasileira. São Paulo: Aduaneiras
Informação sem fronteiras. 2003
- Cardoso**, H. Fernando. Avança, Brasil: proposta de governo. Brasília: s. ed. 1998
- Sandroni**, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller.
14ª e. São Paulo.
- Carneiro**, Ricardo. A economia Brasileira no último quarto do século XX. São
Paulo: Editora Unesp
- Barner**, Werner. A economia brasileira. São Paulo: Editora Nobel. 2. ed. 2002
- Belluzzo**, Luiz Gonzaga, Gomes, Julio Almeida. Depois da queda: A crise da dívida
aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002
- Pereira**, José Matias. Economia Brasileira: Governabilidade e políticas de
austeridade; dimensões macroeconômicas; desigualdades socioeconômicas. São
Paulo : Atlas. 2003
- Grieco**, Francisco de Assis. O Brasil e a nova ordem global. São Paulo:
Aduaneiras. 2001

Sites:

- Belluzzo**, Luiz Gonzaga de Mello. Economia Brasileira: Abertura Comercial e
Financeira. Folha de São Paulo. 1997. Disponível em [http:
www.eco.unicamp.br/artigos/belluzzo/artigo40.htm](http://www.eco.unicamp.br/artigos/belluzzo/artigo40.htm). Acessado em: nov/2004
- [http:
www.viannarjr.com.br/revista/eco/doc/artigo_4000d.pte](http://www.viannarjr.com.br/revista/eco/doc/artigo_4000d.pte). Acessado em:
nov/2004
- [http: www.Brasil.gov.br](http://www.Brasil.gov.br). Acessado em: set/2004